ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.

CNPJ/MF nº 14.531.063/0001-89

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				**Passivo circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.985	4.349	Empréstimos e financiamentos	9	3.918	3.919
Contas a receber	6	3.612	4.486	Fornecedores	–	199	18
Impostos a recuperar	–	34	9	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	–	75	66
Outros créditos	–	203	84	Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	174	114
Total ativo circulante		12.834	8.928	Partes relacionadas	10	538	536
				Dividendos a pagar	10	1.155	1.833
				Outras contas a pagar	11	209	940
Ativo não circulante				**Total passivo circulante**		6.268	7.426
Títulos e valores mobiliários	7	2.035	3.441	**Passivo não circulante**			
Depósito judicial	–	–	9	Empréstimos e financiamentos	9	29.500	33.306
Imobilizado	8	58.525	62.135	**Total passivo não circulante**		29.500	33.306
Intangível	–	1.772	1.910	**Patrimônio líquido**			
Total ativo não circulante		62.332	67.495	Capital social	12.a	29.814	29.814
				Reserva legal	12.b	698	455
				Reserva de lucros	12.b	8.886	5.422
				Total patrimônio líquido		39.398	35.691
Total do ativo		75.166	76.423	**Total do passivo**		75.166	76.423

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas de vendas	13	12.735	12.683
Custo dos produtos vendidos	14	(5.471)	(5.496)
Lucro bruto		7.264	7.187
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(153)	(144)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	492	(710)
Resultado operacional		7.603	6.333
Resultado financeiro	16	(2.242)	(2.757)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.361	3.576
Imposto de renda e contribuição social	17	(499)	(428)
Lucro líquido do exercício		4.862	3.148
Lucro básico por ação – R$	18	0,16	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		29.814	298	3.179	–	33.291
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	3.148	3.148
Constituição de reserva legal	12	–	157	–	(157)	–
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(748)	(748)
Transferências	–	–	–	2.243	(2.243)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		29.814	455	5.422	–	35.691
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.862	4.862
Constituição de reserva legal	–	–	243	–	(243)	–
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.155)	(1.155)
Transferências	–	–	–	3.464	(3.464)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		29.814	698	8.886	–	39.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**4.862**	**3.148**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente	**4.862**	**3.148**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	5.361	3.576
Ajustes:		
Depreciação e amortização	3.778	3.777
Juros e atualização sobre financiamento e instrumentos financeiros	2.515	2.894
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	874	(1.386)
Partes relacionadas	2	(2)
Impostos a recuperar	(64)	(7)
Outros créditos	(110)	1
Fornecedores	181	(81)
Impostos a pagar e obrigações sociais e trabalhistas	9	4
Outras contas a pagar	(731)	940
Caixa proveniente das operações	11.815	9.716
Juros pagos sobre financiamentos	(2.516)	(2.915)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(427)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.899	6.374
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	1.406	(66)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(30)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(457)	(66)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(1.833)	–
Pagamento de financiamento	(3.806)	(3.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.806)	(3.806)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.636	2.502
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.349	1.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.985	4.349
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.636	2.502

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("ADS Corredor do Senandes II" ou "Companhia"), anteriormente NCER Eólica Corredor do Senandes II S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011 e tem como objeto social: **(a)** receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; **(b)** desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes II" ("Corredor do Senandes II" ou o "Projeto"); **(c)** comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e **(d)** celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 21,60 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 10,6 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza a capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 08 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A. ("NCER"). A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de abril de 2022. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. O caixa e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Títulos e valores mobiliários". **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber tem origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou *impairment* como perdas incorridas e estimadas. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 7). **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.10. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica na seguinte modalidade: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre – PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.12. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída como uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e da dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumariado:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 9)	**33.418**	**37.225**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(8.985)	(4.349)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	(2.035)	(3.441)
Dívida líquida	22.398	29.435
Total do patrimônio líquido	**39.398**	**35.691**
Total do capital	**61.796**	**65.126**
Índice de alavancagem financeira – %	**36**	**45**

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado/Custo amortizado	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	8.985	4.349
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	2.035	3.441
Contas a receber (Nota Explicativa nº 6)	3.612	4.486
Outros créditos	203	84
Total	**14.835**	**12.360**
	Outros passivos financeiros	
Passivos, conforme o balanço patrimonial	**2021**	**2020**
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 9)	33.418	37.225
Fornecedores e outras contas a pagar	408	958
Partes relacionadas	538	–
Total	**34.364**	**38.183**

5. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa e bancos	584	616
Aplicações financeiras **(i)**	8.401	3.733
Total	**8.985**	**4.349**

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados em 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2021 e 2020, com liquidez imediata.

6. Contas a receber	2021	2020
Direitos a faturar **(i)**	2.835	2.331
Clientes nacionais **(ii)**	777	2.155
Total	**3.612**	**4.486**

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; **(ii)** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	2021	2020
A vencer	**–**	**–**
Vencido até três meses	102	916
Vencido de três a seis meses	138	146
Vencido acima de seis meses	537	1.093
Total	**777**	**2.155**

7. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 2.035 (R$ 3.441 em 2020), remunerados em 99 % do CDI (em 2021 e 2020) refere-se às garantias para cobertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 9), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

8. Imobilizado

	Edificações e instalações	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**65.759**	**14**	**65.773**
Depreciação	(3.637)	(1)	**(3.638)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**62.122**	**13**	**62.135**
Aquisições	–	30	**30**
Depreciação	(3.638)	(2)	**(3.640)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**58.484**	**41**	**58.525**
Taxas anuais de depreciação – %	**4**	**10**	

continua …